

NÓS CHAMAMOS DE MEIO AMBIENTE POR QUE JÁ DESTRUÍMOS A METADE?¹ A HISTÓRIA DA ACCOUNTABILITY SOCIAL COMO MECANISMO DE APOIO A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

**Laryssa dos Reis Costa
Nathalia Jully Araújo do Rosário
Aleff dos Santos Santana**

Submetido em: 18.10.2022

Aceito em: 28.12.2022

Publicado em: 30.12.2022

Resumo

Cada vez mais a literatura especializada demanda por pesquisas em história das organizações, em especial para entender práticas do passado que estão afetando o presente. Dentre essas necessidades, procura-se conhecer mais sobre a accountability social e a sustentabilidade ambiental em épocas sem desenvolvimento tecnológico. Diante disso, para atender essa chamada da literatura, o presente estudo tem por objetivo analisar como a accountability social apoia a sustentabilidade ambiental na Amazônia. Para efeito, usou-se o método da pesquisa histórica através do exame documental. Os dados foram coletados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil, no período de 1740 a 2019. Os resultados mostram que as primeiras preocupações e atitudes relacionadas ao meio ambiente, na região amazônica, remetem a década de 80, quando algumas empresas começaram a compreender a importância da responsabilidade ambiental no seu desenvolvimento social. Ainda, notou-se que no passado as empresas assumiram mais a responsabilidade social com o meio ambiente, incorporando essa característica como estratégia corporativa, em decorrência principalmente da accountability. Logo, essas evidências contribuem para o conhecimento da prática da sustentabilidade ambiental contemporânea por apontar que no passado a responsabilização ativa realizada pela população ajudou a melhorar a transparência, a prestação de contas e a divulgação de dados ambientais pelas organizações.

Palavras-chave: Accountability Social; Sustentabilidade Ambiental; História Organizacional.

WE CALL THE ENVIRONMENT WHY HAVE WE ALREADY DESTROYED HALF? THE STORY OF SOCIAL ACCOUNTABILITY AS A MECHANISM TO SUPPORT ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY IN THE AMAZON

Abstract

The specialized literature increasingly demands research in the history of organizations, especially to understand past practices that are affecting the present. Among these needs, we seek to know more about social accountability and environmental sustainability in times without technological development. Therefore, in order to respond to this literature call, the present study aims to analyze how social accountability supports environmental sustainability in the Amazon. For this purpose, the method of historical research was used through documental examination. The data were collected in the Digital Newspaper Library of the National Library of Brazil, from 1740 to 2019. The results show that the first concerns and attitudes related to

¹ Título inspirado na frase de Lucas Degli, disponível no site “Pesador”.

the environment in the Amazon region go back to the 80s, when some companies began to understand the importance of environmental responsibility in their social development. Still, it was noted that in the past, companies assumed more social responsibility with the environment, incorporating this characteristic as a corporate strategy, mainly as a result of accountability. Therefore, this evidence contributes to the knowledge of contemporary environmental sustainability practice by pointing out that in the past, the active accountability carried out by the population helped to improve transparency, accountability and disclosure of environmental data by organizations.

Keywords: Social Accountability; Environmental Sustainability; Organizational History.

1 INTRODUÇÃO

As constantes alterações ocorridas no cenário socioeconômico têm exigido que as organizações se reinventem produzindo resultados compatíveis com o seu meio produtivo, a fim de que se tornem mais competitivas (BARBOSA et al., 2020). Segundo Antonovz (2014) a busca pela modernização e o conseqüente progresso tecnológico trazem inúmeros benefícios para a sociedade, mas, por outro lado, também geram uma série de problemas ambientais e econômicos para a humanidade.

Considerando que as atividades econômicas desenvolvidas pelas organizações implicam na interação com o meio ambiente e a utilização de recursos naturais, a divulgação de informações sobre aspectos sociais e ambientais tem sido demandada por diferentes atores sociais interessados nas controversas das atividades empresariais com o meio ambiente (FELICIANO e GARCIA, 2020). Ou seja, surge a necessidade de aplicação da *accountability*.

Campos (1990) aponta que a *accountability* emerge com o objetivo de fazer com que exista responsabilidade de uma organização, ou pessoa, por determinado desempenho ou alguma coisa pública. Prisco Neto (2004) argumentam que a *accountability* sob a ótica social não é um tema atual, pois grandes pensadores como Marx, Lock, Kant e outros já mostravam preocupação com a questão social, porém, nas últimas décadas, por consequência da falta de iniciativa dos governos, as empresas estão assumindo as práticas de responsabilidade social.

Na sociedade pós-moderna, os meios de comunicação são importantes para tornar visível o processo de *accountability*, com interesse de que ele seja reconhecido e apreciado pelos cidadãos comuns. O jornalismo confere visibilidade a diversos atores que podem contradizer um pronunciamento oficial, reunindo esforços para amplificar o processo de *accountability* (MAIA, 2006). O jornalismo, no melhor dos casos, oferece informações acuradas ao olhar público, as quais podem ou não fazer deslanchar investigações formais e ações legais (WAISBORD, 2000). Em outras palavras, somente a mídia não cria a

accountability, contudo, ajuda a adicionar esforços para tornar uma sociedade mais vigilante e crítica (MAIA, 2006).

Não obstante, a Amazônia tem apresentado diversos problemas ambientais (DINIZ et al., 2021). Considerada a maior floresta tropical do mundo e que concentra um dos mais ricos biomas globais, a floresta amazônica vem sendo destaque nas discussões e preocupações sobre oportunidades, impactos e riscos ligados à biodiversidade e a economia (SOUZA, 2020). São problemas que geram consequências que comprometem o equilíbrio do ambiente e prejudicam a vida dos habitantes da região (LIMA, 2016).

De acordo com Antonovz (2014), o interesse pela sustentabilidade na Amazônia surgiu devido às altas taxas de desmatamento nessa área. Com a crescente preocupação social com os problemas ambientais, o reconhecimento de que preservar o meio ambiente é inteligente e imprescindível para a sobrevivência humana se tornou mais popular (BENTES, 2005). Nesse contexto, as empresas têm à disposição novas linhas de pensamento que levam ao desenvolvimento econômico baseado na responsabilidade com o próximo, no meio ambiente e voltado para a sustentabilidade: a chamada de *accountability* social para a sustentabilidade ambiental (WANDSCHEER, MYSZCZUK e CAVALHEIRO, 2011).

A literatura sobre *accountability* social e sustentabilidade ambiental na Amazônia evidencia a divulgação das informações ambientais pelas organizações, através de mídias e organizações sociais, que são instrumentos de controle utilizados na contemporaneidade (ANDRADE, 2018; DOMINGUES e LIRA, 2018; POTRICH, SABADIN, ANGONESE e PEREIRA, 2017; GOLOBOVANTE, 2010; COELHO e GODOI, 2010;) No entanto, há uma lacuna no que diz respeito a uma abordagem histórica de como era feita essa *accountability* social em épocas remotas, sem a disseminação da internet ou redes sociais, e ainda como era essa relação entre sociedade, empresa e os instrumentos de controle utilizados no passado.

Não obstante, o presente artigo tem o objetivo de analisar como a *accountability* social apoia a sustentabilidade ambiental na Amazônia. A partir de uma análise histórica e documental, busca-se demonstrar como aconteceu o processo de evolução da divulgação de informações ambientais pelas empresas da região amazônica, apresentando como os veículos de comunicação da época traziam esses dados para a sociedade. Ressalta-se que para alcançar esta finalidade foram examinados documentos de livre acesso em acervos públicos, especificamente jornais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Este estudo propicia a inter-relação de um tema de relevância humanitária, corroborando com o intercâmbio de conhecimentos entre os mecanismos de *accountability* social, meio ambiente e sustentabilidade na Amazônia sob uma perspectiva histórica. Suas evidências contribuem para o entendimento do presente (tempo) por meio da investigação de práticas do passado. Assim, ao pesquisar o processo de construção histórica da *accountability* social na Amazônia, podemos identificar tendências na atualidade ou explicações para a adoção de determinadas medidas relacionadas ao controle social, meio ambiente e sustentabilidade.

Por fim, destaca-se que este trabalho apresenta a seguinte estrutura, após a presente introdução. Na segunda seção, abordamos os construtos que fundamentam esta pesquisa, mostrando aspectos ligados a *accountability* social, responsabilidade ambiental e problemas ambientais na Amazônia. Na terceira seção, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados para atingir o objetivo do estudo. Já, na quarta seção, expomos os dados encontrados pela pesquisa. Na quinta seção, discutimos essas evidências com estudos publicados sobre a temática. E, na sexta seção, apresentamos as considerações finais do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ACCOUNTABILITY SOCIAL

A *accountability*, dependendo do contexto em que é aplicada, pode ser entendida de diferentes maneiras (SANTANA e SILVA, 2018). Para Pinho e Sacramento (2009), o conceito de *accountability* abrange alguns significados, tais como: responsabilidade (objetiva e subjetiva), controle, transparência, obrigação de prestação de contas, justificativas para as ações que foram ou deixaram de ser executadas, gratificação e/ou uma sanção. Para compreender sua natureza, portanto, é necessário estar atento aos atores entre os quais existem relações de *accountability* (LONSDALE, 1986).

A *accountability* se tornou um termo relevante por expressar a preocupação contínua com a vigilância em relação ao exercício do poder e as consequentes restrições institucionais sobre o seu exercício (SCHEDLER, 1999). Smulovitz e Peruzzotti (2000) argumentam que o foco nas análises dos mecanismos tradicionais de *accountability*, as eleições, separação de poderes e a existência de um sistema equilibrado entre diferentes departamentos do governo, essas análises ignoram o desenvolvimento de mecanismos alternativos de controle político que dependem das ações dos cidadãos e organizações de mídia. Ou seja, da mesma forma que a

accountability é fundamental para a manutenção da democracia, ela é imprescindível a participação dos cidadãos para sua realização (ROCHA, 2011).

As discussões se intensificaram acerca dos mecanismos alternativos para fortalecer o entendimento sobre a *accountability*. Existe um consenso, entre os pesquisadores, de que a *accountability* social representa um avanço no pensamento sobre as maneiras pelas quais os cidadãos podem monitorar e supervisionar o desempenho do setor público e/ou privado em contextos em que as ferramentas tradicionais de *accountability* têm falhado amplamente (ANURADHA e HOUTZAGER, 2012). Assim, o conceito de *accountability* social chama a atenção para as iniciativas de controle exercidas por atores como associações cívicas, Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais e mídia que têm sido pouco abordadas pela literatura sobre *accountability* (PERUZZOTTI e SMULOVITZ, 2006).

Fox (2014) afirma que através da *accountability* social é possível melhorar o desempenho institucional e promover a participação dos cidadãos, em vista da capacidade de resposta pública dos estados e empresas. O autor destaca que a *accountability* social possui mecanismos tanto institucionais quanto não institucionais. Como exemplo de mecanismos institucionais, Fox (2014) cita a ativação de ações ou reivindicações legais antes da fiscalização às agências e mobilizações sociais, sendo as exposições de mídia exemplos de mecanismos não institucionais.

De acordo com Ceneviva (2006) essas ferramentas não institucionais de controle social se apoiam, primeiramente, na competência de atribuir sanções simbólicas; posteriormente, no seu poder de acionar nas estratégias tradicionais de controle, como o Ministério Público ou outras formas de controle judicial, como agentes de sanção. Dessa forma, é possível através da mídia fazer denúncias e exposições de irregularidades sociais e delitos, além de a probabilidade das autoridades adiarem ou ignorarem as demandas legais serem menores (PERUZZOTTI e SMULOVITZ, 2006).

A *accountability* social requer visibilidade, e a mídia é o mecanismo essencial para alcançar esse objetivo. Sua ativação acontece por jornalistas individuais e organizações de mídia ou por cidadãos e associações da sociedade civil (PERUZZOTTI e SMULOVITZ, 2006). As notícias são evidenciadas por uma demanda social pautada na necessidade de dialogar sobre problemas sociais, ambientais ou econômicos pertinentes na atualidade. Tais problemas são rapidamente difundidos nos meios de comunicação de massa e nas redes sociais, tornando-se amplamente conhecidos (ANDRADE, 2018).

2.2. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A conscientização ambiental se tornou popular na segunda metade do século 20, com o aumento das denúncias sobre os problemas de contaminação do meio ambiente (SANTOS, 2015). A sociedade de maneira geral passou a exigir das organizações uma postura pautada na ética e na atuação social ambientalmente responsáveis, emergindo, assim, o denominado desenvolvimento sustentável, propondo-se a associar o desenvolvimento econômico com a utilização sustentável dos recursos ambientais e questões sociais. Surge então, uma estratégia com intuito de melhorar tanto a forma de pensar e agir da sociedade com relação aos seus hábitos de consumo, fazendo com que as organizações desenvolvam ações que sejam responsáveis ambientalmente - Responsabilidade Ambiental (TACHIZAWA, 2015).

O ato da responsabilidade ambiental exige que os comportamentos de consumo passem a respeitar as limitações do meio, para que assim, consiga manter seu direito à existência, ou seja, o ato de responsabilidade é o oposto do ato de consumo. Mundim (2012) destaca, portanto, que a responsabilidade ambiental é uma série de atitudes voltadas para o desenvolvimento sustentável do planeta. Estas atitudes devem levar em conta o crescimento econômico ajustado à proteção do meio ambiente na atualidade para as gerações futuras, garantindo a sustentabilidade. Corroborando assim, o artigo 225 da Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu § 3º, diz que a responsabilidade ambiental é um meio de coibir atos lesivos ao meio ambiente (BRANDÃO, 2019).

Nesse cenário, para que se chegue à excelência da responsabilidade ambiental, mostra-se necessário a adoção de parâmetros ou ferramentas. A gestão ambiental, novo paradigma na administração, tem o papel de orientar na manutenção de um conjunto de políticas práticas operacionais e administrativas que dá direção e comprometimento às organizações com relação ao meio ambiente e fornece estratégias para alcançar metas e objetivos, com a finalidade de eliminação ou diminuição de impactos e danos ambientais, provocados pelas suas atividades, buscando uma melhor qualidade de vida, isto é, a responsabilidade ambiental (Silva, 2005).

As pesquisas sobre atividades ambientais corporativas e seus esforços para cumprir as responsabilidades ambientais estão aumentando (EGBON, 2018; IVORY e BROOKS, 2018; MANSSOOR e MAROUN, 2016; HASSAN e ROUHY, 2013; ROBBINS, 2001; USMAN, 2001). Esses estudos descrevem como a falha da empresa em assumir responsabilidades e prestar contas à sociedade vem ocasionando muitos incidentes ambientais, impactando

negativamente a vida e os meios de subsistência das pessoas (BELAL, 2015; GRAY e BEBBINGTON, 2001; GRAY e BEBBINGTON, 2000).

No entanto, empresas ambientalmente responsáveis têm postura ética, em que o respeito da comunidade passa a ser um grande diferencial. O reconhecimento dos consumidores e o apoio de seus *stakeholders* fazem com que se criem vantagens competitivas e, conseqüentemente, atinjam maiores níveis de sucesso. Por isso, as organizações são analisadas de forma que interajam com o meio em que estão inseridas, facilitando as tomadas de decisões, sendo de total importância na estratégia empresarial (GARNIER, 2008).

Para Belal (2016), a maior parte da pesquisa sobre contabilidade e responsabilidade ambiental é limitada aos países desenvolvidos, existindo relativamente pouco entendimento de como as empresas em países em desenvolvimento cumprem suas responsabilidades ambientais. Wickboldt *et al.* (2018) destacam que a responsabilidade ambiental está atualmente condicionada pela coação de regulamentações, políticas, legislação cada vez mais rígida e pela busca de melhor reputação diante da sociedade que está reconhecendo a questão ambiental como valor permanente, considerados fatores de avaliação e indicadores de preferência para investidores e consumidores.

Desse modo, as empresas que avançam no uso de tecnologias ambientalmente corretas e em processos produtivos sustentáveis, podem ter vantagem competitiva por estar fornecendo bens e serviços ambientalmente adequados. Estes benefícios podem ser observados pelo aumento do comprometimento dos funcionários, menor número de taxas e multas por danos ambientais, com a diminuição do denominado passivo ambiental, menores custos de produção e de disposição de resíduos, além do acesso a melhores oportunidades de negócios (OLIVEIRA, QUINTÁRIOS e ELIAS, 2009).

Portanto, as organizações precisam responder às diversas demandas originadas das pressões do mercado, da sociedade e do governo. Através do reconhecimento e divulgação do seu passivo ambiental, da evidenciação dos ativos ambientais, dos custos e despesas com a preservação, proteção e controle ambiental (KRAEMER, 2005). Para Gobbi e Brito (2009) as práticas de gestão ambiental de uma organização como práticas sociais, ampliam as possibilidades de compreensão de estrutura e a ação construídas pelas organizações em torno do desenvolvimento de práticas de produção ambientalmente compatíveis e socialmente mais responsáveis.

2.3. PROBLEMAS AMBIENTAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA

O bioma amazônico compreende cerca de nove países da América do Sul, sua extensão vai desde o oceano Atlântico até às encostas orientais da cordilheira dos Andes, aproximadamente até 600 metros de altitude, sendo 69% dessa área pertencente ao Brasil (AB'SABER, 1977). De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), cerca de 25 milhões de pessoas vivem em Estados que pertencem a região da Amazônia Legal.

O atual modelo de ocupação da Amazônia, ocasiona diversos problemas que comprometem a biodiversidade e o seu funcionamento de maneira sustentável. Nesse sentido, destaca-se fatores como à exploração predatória de seus recursos naturais, implicando em outros problemas ambientais locais e globais: mudança climática, impactos na saúde da população humana decorrentes de projetos de desenvolvimento (hidrelétrica, agricultura, mineração e ferrovias, rodovias e portos), além do crescimento das cidades de forma desordenada e o desmatamento frequente (COUTO, 2019).

Essas problemáticas são resultantes de processos como a queima de combustíveis fósseis derivados do petróleo, uso desenfreado de agrotóxicos na agricultura, queimadas intensas na floresta, expansão das indústrias, crescimento da produção de lixo sem tratamento correto, de maneira a poluir rios e mares, sendo estas algumas das implicações significativas que comprometem a qualidade do ar, água e solo na Amazônia e no planeta terra como um todo (DINIZ *et al.*, 2021).

Nesse cenário, Moreira e Ribeiro (2020) afirmam que o debate envolvendo perspectivas do desenvolvimento e da sustentabilidade, levou a criação de reservas extrativistas (RESEX) na Amazônia. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estas áreas protegidas são a principal política ambiental no país, objetivando minimizar conflitos, buscar equilíbrio e criar condições de sustentabilidade ambiental, para combater a exploração agrícola desenfreada, por fazendeiros (SATO, *et al.*, 2021).

A finalidade das unidades de conservação é harmonizar a proteção da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, ou seja, permitir a exploração e o aproveitamento econômico direto de forma planejada e regulamentada. Este grupo inclui categorias de manejo de áreas de proteção ambiental, áreas de interesse ecológico relevantes, floresta nacional,

reserva extrativista, áreas de proteção de fauna e áreas de proteção de desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2004).

Conforme Sachs (2002), o desenvolvimento sustentável, além de princípio restaurador da racionalidade, é um pacto de compromisso político e solidariedade entre gerações para manter a vida no planeta, isto é, o desenvolvimento sustentável deve satisfazer às necessidades da geração presente sem comprometer as condições de satisfação das necessidades das gerações futuras.

Um dos principais desafios na promoção do desenvolvimento sustentável é encontrar soluções práticas e economicamente viáveis. Isso se aplica globalmente e regionalmente. Na Amazônia, esse desafio é ainda mais abrangente. Existem diversas soluções setoriais para a promoção do desenvolvimento sustentável, mas algumas destas não são suficientemente conhecidas, divulgadas e desenvolvidas. É necessário mobilizar todos os segmentos das sociedades amazônicas para acelerar a disseminação de soluções existentes e o desenvolvimento de outras novas. E, ainda, é necessário ampliar as pontes e fomentar a cooperação entre diferentes segmentos das sociedades para a construção de caminhos legítimos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia (VIANA *et al.*, 2014).

3 METODOLOGIA

3.1 MÉTODO

Para analisar como a *accountability* social apoia a sustentabilidade ambiental na Amazônia, aplicou-se o método da pesquisa histórica a partir da análise documental. A pesquisa histórica expressa o ponto de vista dos pesquisadores sobre o mundo em torno de suas abordagens, questionamentos, seus objetos de estudo e seus métodos (FONTOURA, ALFAIA e FERNANDES, 2013). Segundo Comiran (2020), na pesquisa histórica os documentos utilizados se tornam importantes quando compreendidos como registros que, além da interpretação do passado, são capazes de instituir respostas para reflexões atuais no presente. A autora destaca ainda que para realizar a pesquisa histórica é imprescindível a existência dos locais como os arquivos que realizam a manutenção e conservação dos mais diversos acervos documentais.

De acordo com Almeida (2011), na pesquisa histórica existem as fontes digitais que fornecem documentos primários. Estes documentos, são classificados em dois tipos: os "documentos primários digitais exclusivos" e os "documentos primários digitalizados". Os

documentos digitalizados são documentos que existem em outro suporte, anterior à digitalização. Assim, os documentos de arquivo, especificamente jornais de época utilizados para sustentar essa pesquisa foram localizados em acervos públicos de livre acesso, como disponíveis em bibliotecas.

Oliveira (2007) caracteriza a análise documental como a busca de informações em documentos históricos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação, ou seja, são fontes primárias.

Dessa forma, nesta pesquisa buscamos investigar através de documentos históricos, mais precisamente os jornais de época, o processo de construção histórica da *accountability* social na Amazônia, a fim de identificar tendências na atualidade ou explicações para a adoção de determinadas medidas relacionadas ao controle social, meio ambiente e sustentabilidade. Uma vez que são analisados o processo de evolução da divulgação de informações ambientais pelas empresas da região amazônica, e como os veículos de comunicação do passado traziam esses dados para a sociedade.

3.2 FONTE E TRATAMENTO DOS DADOS

A coleta de dados ocorreu de forma online. Os arquivos históricos consultados se encontram na Biblioteca Nacional, que disponibiliza aos seus usuários a Hemeroteca Digital Brasileira, um portal de periódicos nacionais que possibilita ampla consulta ao acervo de arquivos como jornais.

No portal da Biblioteca foram consultados jornais da época. Os termos utilizados na pesquisa foram: responsabilidade ambiental, responsabilidade social, desastres ambientais, preservação ambiental, prestação de contas e sustentabilidade ambiental. A pesquisa nos jornais corresponde ao período de 1740 a 2019 (período disponível para pesquisa na hemeroteca digital). Foram encontrados 3.165 jornais, nos quais identificamos as palavras-chave no total de 157.399 ocorrências, das quais foram selecionadas 27 publicações, visto que eram os únicos que atendiam ao objetivo desta pesquisa (verificar tabela 01). Dessa forma, foram analisados materiais que contribuem para o entendimento do processo da construção histórica da *Accountability* social na Amazônia.

Tabela 1: Número de Ocorrências Encontradas nos Jornais

Período	Responsabilidade Ambiental	Desastre Ambiental	Preservação Ambiental	Prestação de Contas	Responsabilidade Social	Sustentabilidade Ambiental
1740-1769	0	0	0	0	0	0
1800-1899	0	0	0	10.365	324	1
1900-1999	30	83	6.770	103.147	6.050	9
2000-2019	681	307	5.762	12.210	10.880	45
Total	711	390	12.532	125.722	17.254	55
Válidos	12	2	0	0	6	7

Fonte: Elaborada pelos autores com dados da Biblioteca Nacional (BN).

3.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DOS DADOS

Quanto a análise dos dados coletados, usou-se a análise interpretativa que se caracteriza pela interpretação do texto, mediante as ideias expostas pelo autor (SEVERINO, 2017). A partir da compreensão direta da mensagem comunicada pelas narrativas, sintetizando as ideias do raciocínio argumentativo. A interpretação é vista por perspectivas diferentes, em um primeiro momento, busca-se verificar até que ponto o autor atingirá de forma lógica os objetivos que se propôs a alcançar, e se sua proposta é sólida e fundamentada.

Ao procurar desvendar e compreender como era realizada a *accountability* social para apoiar a responsabilidade ambiental em épocas remotas, assim como era a relação entre sociedade, empresa e os instrumentos de controle, procuramos: realizar a interpretação das notícias encontradas nos jornais, tomando como referência as atitudes e práticas que as empresas da região amazônica desenvolvem no meio ambiente. Além de centralizar a atenção nas formas de expressão e na linguagem das informações ambientais divulgadas nos jornais, pois é por meio delas que foi possível examinar como esses tipos de veículos de comunicação do passado, no caso, os jornais, traziam esses dados para a sociedade.

4 DESCRIÇÃO DOS DADOS

Nesta seção apresentamos a construção da responsabilidade ambiental na Amazônia evidenciada através das notícias encontradas nos jornais verificados. Além disso, discutimos o

passado da *accountability* social até o presente da sustentabilidade ambiental, a fim de demonstrar indícios que contribuam para o entendimento do presente (tempo) por meio da investigação de práticas do passado. Dessa forma, procuramos identificar as tendências na atualidade ou explicações para a adoção de determinadas medidas relacionadas ao controle social, meio ambiente e sustentabilidade.

4.1 CONSTRUÇÃO DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Em 19 de fevereiro de 1986, a diretora do Centro Regional de Treinamento em Meteorologia, Elem Cutrim, demonstrou estar de acordo com cientistas que defendiam que a Amazônia não era ocupada adequadamente e que a floresta deveria ser protegida da ocupação de hidrelétricas e construções urbanas. A diretora relatou a inexistência de conhecimento acerca das consequências das queimadas na região amazônica e a intervenção acontecia em escala local, mas isso só poderia ser medido por estudos comparativos feitos antes e depois do desmatamento (BN, Jornal Diário do Pará, 19 de fevereiro de 1986).

Nesse sentido, em 02 de abril de 1986, o presidente do Centro Acadêmico de Biologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), José Maria Cardoso da Silva, destacou a necessidade de promover uma discussão sobre a preservação da Amazônia devido à carência de estudos relacionados com uma visão científica sobre o tema. A pesquisadora Manoela Ferreira da Silva, em sua exposição, mostrou a ligação entre as florestas, a expansão populacional e os desequilíbrios causados pelo comportamento humano. De acordo com a publicação, os grandes projetos instalados na região amazônica, os incentivos fiscais e o tipo de colonização do Inca promoveram o desmatamento da região (BN, Jornal Diário do Pará, 02 de abril de 1986).

Ressalta-se ainda, que um grande problema ecológico foi levantado por Camilo Viana, da Sociedade de Proteção dos Recursos e Meio Ambiente (SOPREM), demonstrando uma grande preocupação ecológica, como a destruição do lago do Batata, afluente do Trombetas, pela mineração no Rio do Norte. A empresa levou bauxita contendo mercúrio para o lago, causando poluição que prejudicava não apenas a pesca, mas também a navegação (BN, Jornal Diário do Pará, 10 de julho de 1986).

Não obstante, no início do ano de 1989, em uma publicação, os técnicos do governo e entidades ambiental se mostraram preocupados com o fim da vigência do decreto presidencial, pois temiam que o conselho deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) voltasse a aprovar recursos e incentivos fiscais para projetos pecuários

nos Estados da Amazônia, podendo agravar os indícios de derrubadas e queimadas no verão amazônico. A expectativa das entidades ambientalistas foi grande com relação aos resultados alcançados pelos seus grupos de trabalhos, criada pelo decreto presidencial nº 96.944 de 12 de outubro de 1988, para definir as metas e as ações do programa de nossa natureza (BN, Jornal O Liberal, 11 de janeiro de 1989).

A notícia publicada em 05 de fevereiro de 1989 divulgou a consolidação da lei que deu início à Política Ambiental nº 5.318, no dia 26 de setembro de 1967. O Decreto 73.030 de dezembro de 31 de outubro de 1973, foi criado no Ministério do Interior a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Depois, a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre o estabelecimento de estações ecológicas, zonas de proteção ambiental. Por fim, a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, regulamentando as ações civis públicas de responsabilidade por danos causados por bens e direitos de valor ambiental, de consumo, artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, entre outras medidas (BN, Jornal O Liberal, 05 de fevereiro de 1989).

A Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) criou a campanha de assinatura da nova lei ambiental, no ano de 1989. A campanha visou esclarecer a população sobre a situação real do país, no que se refere à saneamento. O estabelecimento do abaixo-assinado foi importante para pressionar as autoridades a organizar um setor de saneamento adequado à população brasileira. A campanha foi uma forma para acelerar o processo de votação e melhorar conseqüentemente, o sistema de saneamento do país (BN, Jornal O Liberal, 18 de setembro de 1989).

Em 22 de dezembro de 1989, o vereador Kayath solicitou uma revisão financeira do projeto de Lei Orgânica, que exigia que o governo municipal apresentasse um relatório anual sobre a implementação financeira das despesas de educação ao comitê de educação municipal. O projeto prevê que o Poder Executivo tem 30 dias para encaminhar o relatório ao conselho após o encerramento do exercício. Já em termos de educação ambiental, além da obrigatoriedade de implantação da educação ambiental no currículo do ensino fundamental, espera também implementar disciplinas relacionadas à educação cooperativa, com foco nas atividades agrícolas (BN, Jornal O Liberal, 22 de dezembro de 1989).

Em 04 de julho de 2000, a lei nº 10.028/87, foi criada com o objetivo de preservação ambiental no território do estado do Amazonas. O descumprimento dessa legislação ambiental provocou sérios riscos não só ao meio ambiente como também às pessoas que habitavam naquele local. De acordo com o noticiário, no acidente no Igarapé do Cururu, a empresa

Petrobrás foi condenada a fazer recuperação de toda área prejudicada com derramamento do óleo e a indenizar a comunidade pelos prejuízos decorrentes, pois a alimentação da maioria da população era retirada daquela água (BN, Jornal do Commercio, 04 de julho de 2000).

Hidrelétricas desenvolveram projetos de reflorestamento visando compensar os prejuízos causados pelo alagamento de grandes áreas para a construção de hidrelétricas, a fim de mostrar a possibilidade de gerar energia e ao mesmo tempo preservar o meio ambiente. Mais de 24 milhões de mudas foram plantadas e o objetivo era reflorestar todas as margens das hidrelétricas. Esse tipo de ação mostra que a modernidade pode caminhar junto com a Responsabilidade Ambiental (BN, Jornal do Commercio, 12 de abril de 2005)

Segundo o geólogo, Raimundo Gato, na publicação de 03 de junho de 2006, as empresas tinham o objetivo de iniciar o estudo de áreas de plantação de árvores específicas para queima. Desse modo, ao invés de saírem degradando a mata virgem, as olarias teriam que fazer o reflorestamento da madeira para produzir lenha. Mesmo que os produtores tivessem a fiscalização do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), eram obrigados a comprovar que obtinham a madeira legalizada para queima e que tinham como fornecedores, empresas com licença ambiental. Como alternativa as Olarias passaram a consumir os resíduos de madeiras das serrarias (BN, Jornal do Commercio, 03 de junho de 2006).

A diversidade de resíduos industriais gerados pelo PIM (Polo Industrial de Manaus), entre eles o papel, papelão, plásticos, metais ferrosos e não ferrosos, madeira e vidros os classificados como perigosos, assim definidos aqueles que apresentam riscos à saúde pública ou ao meio ambiente. Além dos resíduos de serviços de saúde, recebem por parte das empresas gerenciadoras recicladoras de resíduos, tratamento técnico-profissional condizente com responsabilidade ambiental inerente a esta atividade. A implantação desta moderna ferramenta de trabalho gerencial de acordo com as mais recentes metodologias de eliminação e minimização na fonte geradora, permitiu significativa redução de custos de disposição de resíduos e até o aumento do percentual de reaproveitamento ou reciclagem dos mesmos, sempre de acordo com a legislação ambiental específica para cada setor (BN, Jornal Commercio, de 25 janeiro de 2006)

Diante disso, foi instalada no Polo Industrial de Manaus (PIM), a Termotécnica da Amazônia que concluiu o processo para certificação pela norma ambiental ISO 14001 de 2004, atestando a responsabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades. A unidade de

Manaus é uma das filiais da empresa com sede em Joinville, Santa Catarina, líder no segmento de embalagens de EPS (Poliestireno Expandido), popularmente conhecido como isopor. Dentro de sua política de gestão ambiental da Termotécnica da Amazônia, iniciou um projeto que visa reciclar 100% dos resíduos EPS gerados em Manaus, atuando de forma estreita com empresas de reciclagens e grandes redes varejistas. (BN, Jornal do Commercio, de 22 de agosto de 2006).

4.2 DO PASSADO DA ACCOUNTABILITY SOCIAL AO PRESENTE DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A Petróleo Sabbá, sempre trabalhou pelo desenvolvimento da Amazônia, considerada a maior companhia privada na distribuição de combustíveis e lubrificantes na região, atendendo com pioneirismo mais da metade do território brasileiro. Com a moderna tecnologia Shell em serviços e produtos, mas plenamente consciente da sua imensa responsabilidade social e econômica, fazendo com que a mão de obra local fosse valorizada, o meio ambiente respeitado e investindo cada vez mais na região (BN, Jornal do Commercio, 26 de outubro de 1991).

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) relacionou às experiências nos estados que significaram avanços no comprimento da agenda 21, para formar um cadastro de iniciativas bem-sucedidas que foi apresentado durante a Rio+5. Com base nas afirmações locais, o Brasil montou sua própria agenda 21. Os critérios para seleção de experiência que fizeram parte do cadastro são sustentabilidade ambiental, possibilidade de multiplicação de gestão participativa e ambiental e integração com vários setores da sociedade. A agenda 21 é a pauta de compromissos para salvar o planeta assinada por mais de 100 chefes de estado durante o Rio 92. No Rio+5 a comunidade ambiental internacional fez um balanço dos avanços na área de proteção ambiental e das dificuldades encontradas para desenvolver os projetos nos cinco anos que se passaram desde o Rio 92 (BN, Jornal do Commercio, 17 de novembro de 1996).

A Educação Ambiental reuniu a Polícia Florestal de todo o país, o encontro foi de iniciativa do Comando-Geral da Polícia Militar e da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com patrocínio da Fundação O Boticário e do Fundo Mundial para a natureza, uma organização não-governamental que envolve 96 países. O principal objetivo do curso foi capacitar os policiais florestais na educação ambiental. O trabalho do policial florestal foi dimensionado e sua tarefa não se resumiu em apenas trilhar, mas atuar como um educador ambiental, afirmou Ângelo Rabelo, ex-comandante da floresta de Mato Grosso do Sul. Portanto, além da parte teórica do curso, os participantes tiveram encontros com

comunidades pesqueiras, ribeirinhas e ambientalistas da região (BN, Jornal do Commercio, 17 de novembro de 1996).

A exemplo de atitudes e divulgação de informações ambientais e sustentáveis por empresas, tem-se a Moto Honda da Amazônia que divulgou o desenvolvimento de projetos ambientais em relação a sua zona franca. Participou na campanha de proteção a uma espécie de animal ameaçada de extinção desenvolvida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) colaborando com materiais de divulgação. Fez-se parceria com o jornal Gazeta Mercantil para realização de Exposições com temas Amazônicos relativos à flora e fauna realizada em Manaus e recebeu o mais importante certificado internacional de respeito ao meio ambiente ISO 14001 (BN, Jornal do Commercio, 6 de julho de 2000).

Uma prestadora de serviços de proteção e segurança Cetrel, em parceria com a MB Consultoria realizou em Manaus um treinamento sobre “Levantamentos de Aspectos e Impactos Ambientais”. O curso atendeu diretamente as 14 empresas do Pólo industrial de Manaus que possuíam a certificação ISO 14000 que trata da gestão ambiental. A empresa Cetrel é responsável pelo tratamento e disposição final dos efluentes e resíduos industriais, assim como pelo monitoramento ambiental da área sob influência do Complexo de Camaçari (BA) onde está localizado o maior petroquímico do País (BN, Jornal do Commercio, 30 de agosto de 2000).

O governo do estado realizou em Manaus, o Seminário Estadual da agenda 21 amazônica para conseguir as sugestões apresentadas pelos representantes das entidades públicas e privadas que participaram do workshop para o desenvolvimento da Amazônia. De modo que a agenda 21 amazônica foi coordenada pelo instituto de proteção ambiental do Amazonas (IPAAM). Devido à importância da região amazônica para a sustentabilidade ambiental do planeta, o Amazonas tem um papel fundamental na administração social-econômica que o Brasil e demais países latino-americanos se propuseram a realizar. Por este motivo deu-se ouvido a necessidade da população local, apontando as mudanças do rumo que os governos deveriam adotar para melhoria da qualidade de vida no início do milênio (BN, Jornal do Commercio, 19 de janeiro de 2001).

A Assembleia Legislativa do Amazonas (ALE) objetivou instituir um certificado de Responsabilidade Social (RS) para as empresas estabelecidas no Estado. A ideia seria tornar o documento indicador social da empresa, permitindo ao poder público verificar as lacunas que estão sendo preenchidas pela iniciativa privada ou ao mesmo tempo em que serve para

divulgação das ações das empresas junto à sociedade. O certificado se tornaria mais um diferencial de competitividade empresarial (BN, Jornal do Commercio, 18 de junho de 2001).

Apesar da área de responsabilidade social não ser um forte da empresa Globalstar, sempre que possível, a operadora coopera com os setores de educação e ecologia, na estação em Manaus, a empresa trabalhou na recuperação da mata nativa em torno dos seus 5 hectares de terra, a empresa já recuperou essa área degradada na Amazônia. A Marinha local doou 12 celulares da Globalstar para facilitar o trabalho nas regiões mais distantes do Amazonas (BN, Jornal do Commercio, 01 de agosto de 2001).

O Grupo Simões, por meio da Manaus Refrigerantes, apostou em tecnologia de ponta para enfrentar a acirrada competitividade do setor de bebidas. O gerente-geral da Manaus Refrigerantes, Marcos Vinícius Almeida, disse que atualmente a empresa utiliza o método de decantação por água corrente. A eficiência do mecanismo, porém, não era satisfatória às necessidades da empresa. O gerente afirmou que a obra, realizada há poucos meses, tinha um grande efeito para a natureza e conseqüentemente para a sociedade, pois toda a água empregada nos processos industriais só seria escoada para a nascente após o total tratamento, evitando qualquer degradação ao meio ambiente (BN, Jornal Comercio, 16 agosto de 2001).

Além dos grandes investimentos que tem realizado para garantir a Manaus 60% do seu consumo de energia elétrica, a El Paso investiu também em projetos sociais. Foram ações que obedeciam aos valores da empresa, de responsabilidade social, ambiental e cultural, com comprometimento com o país em que atua, tendo a honestidade e transparência como base ética. O projeto Produzindo Saúde foi realizado em parceria com a INMED, organização não governamental, sua missão era promover qualidade de vida e desenvolvimento sustentável em várias comunidades, no Brasil e no exterior, através de projetos socioeducativos implementados junto com órgãos públicos, instituições e iniciativa privada, visando multiplicar noções de saúde preventiva, educação participativa e responsabilidade social (BN, Jornal do Commercio, 15 de setembro de 2003).

A preocupação com o meio ambiente e responsabilidade social, fez com que a empresa Panasonic se tornasse uma das primeiras empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM), a implantar projetos com o objetivo de controlar e eliminar substâncias nocivas ao ser humano e ao ecossistema. Em abril de 2005, iniciou um novo projeto, pioneiro, para adequar os componentes utilizados pela empresa, restringindo a utilização de substâncias tóxicas, assim

demonstrando o incentivo à conscientização ambiental (BN, Jornal do Commercio, 27 de julho de 2005).

O evento realizado no Sebrae/AM para criação do “Fórum Estadual de produção mais limpa” reuniu representantes da indústria, comércio, serviço, meio ambiente e da esfera governamental em torno de um modelo de gestão de negócios e serviço denominado “produção mais limpa”. O ponto central do programa era a reavaliação do sistema de produção de bens ou serviços para se identificar onde ocorre o consumo exagerado de matéria-prima, água, energia ou a emissão excessiva de efluentes tóxicos ou perigosos à saúde humana. A partir do momento que o Estado reconhece, por meio de algum selo qualitativo, essa política da produção de recursos renováveis naturais, ele coloca em destaque as empresas que são líderes ou referências da área em que atuam, criando uma competitividade com duplo dividendo. O uso do renovável faz parte da política de produção mais limpa. (BN, Jornal do Commercio, 22 de junho de 2006).

Algumas das ações adotadas pela empresa HP no Brasil para preservar o planeta foram reciclagem, redução do consumo de energia, equipamentos livres de substâncias tóxicas, engajamento dos funcionários e da cadeia de fornecedores. No dia de 5 de junho de 2007, Dia Mundial do Meio Ambiente, a empresa comemorou apresentando os resultados do Programa integrado de Sustentabilidade Ambiental criado em 2006. Com comprometimento com o meio ambiente há décadas a empresa, tinha o engajamento do público interno com a pretensão de ser um polo catalisador para disseminar e aplicar o conceito de Sustentabilidade Ambiental por meio das ações, produtos, investimentos em tecnologias inovadoras e campanhas de conscientização. Produtos ambientalmente corretos, com qualidade, segurança e alta tecnologia. Objetivo de ser referência e posicionamento na liderança de gestão ambiental no segmento eletroeletrônico (BN, Jornal do Commercio, 5 de junho de 2007).

No entanto, ao passar dos anos foi sendo identificada a ausência de informações ambientais para a população pelas empresas. A publicação de 28 de fevereiro de 2007 apresenta cobranças sobre as irregularidades na destinação de resíduos orgânicos em locais impróprios pelas empresas similares de saneamento de Manaus. Há relatos sobre o uso e abuso dos recursos naturais sustentáveis pelas empresas na região amazônica, sem qualquer preocupação com os impactos ambientais, os quais eram notados pela população amazonense (BN, Jornal do Commercio, 28 de fevereiro de 2007).

A falta de informações para a população sobre relações entre os desmatamentos, a urbanização desenfreada e as mudanças climáticas, que resultam em inundações e outros

desastres naturais ou sobre as finalidades com que se constrói hidrelétrica e sua relação com a destruição do bioma Amazônia. A forma como foi sendo conduzido o processo de aprovação das hidrelétricas no rio, por exemplo, mostra uma intervenção desastrada na natureza. Além do fato dos projetos serem aprovados em nome do crescimento, mesmo que a custa de novos desastres socioambientais (BN, Jornal o Mensageiro, novembro/dezembro de 2009).

Outro exemplo de problemas com hidrelétricas ocorreu na UHE Jirau e Santo Antônio, Rio Madeira, Rondônia-Bolívia. Após a instalação das hidrelétricas, a região do Rio Madeira se transformou em um imenso canteiro de obras. Além dos impactos ambientais sobre as populações indígenas, há também o alto custo dos impactos sociais. A greve deflagrada no dia 18 de março reacendeu a discussão sobre responsabilidade social nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A hidrelétrica de Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia, é a maior obra do PAC e serviria de exemplo para saber o que aconteceria em Altamira se Belo Monte fosse para a frente. Tucuruí poderia servir de exemplo; mas a história sempre repete e os problemas também (BN, Jornal o Mensageiro PA, maio-junho de 2011).

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No geral, na análise do processo de construção da responsabilidade ambiental, verifica-se que desde meados da década de 80, algumas empresas da região amazônica demonstravam preocupação e praticavam atitudes relacionadas ao meio ambiente. Como destaque, tem-se a percepção da necessidade da promoção de uma discussão sobre a preservação da Amazônia e a preocupação ecológica. Segundo Tachizawa (2002), nos anos 80, os gastos com proteção ambiental começaram a ser vistos pelas empresas, não só como custos, mas como investimentos no futuro e, ao mesmo tempo, como vantagem competitiva.

Destacam-se também a criação e divulgação de Leis que visam a proteção ambiental e conseqüentemente a responsabilização das empresas por danos causados ao meio ambiente. A implantação de projetos de lei para aplicação de Educação Ambiental e introdução de disciplinas em escolas relacionadas à educação cooperativa. Dessa forma, evidenciando que a educação ambiental acompanha e sustenta de início, o surgimento e a concretização de um projeto de melhoria da relação de cada indivíduo com o mundo.

A partir da análise dos dados dessa pesquisa, percebe-se que as empresas ambientalmente responsáveis têm postura ética, onde o respeito da sociedade passa a ser um grande diferencial. O reconhecimento dos consumidores faz com que essas empresas criem

vantagens competitivas e, conseqüentemente, atinjam maiores níveis de sucesso. Ademais, percebeu-se iniciativas de responsabilidade ambiental das empresas, como projetos de reflorestamento de áreas desmatadas ou alagadas devido a instalação de usinas hidrelétricas na região amazônica. Assim, como a preocupação com descarte de resíduos tóxicos liberados na execução das atividades das indústrias.

No que respeita as evidências de responsabilidade social das empresas no período analisado, percebe-se que elas desenvolviam suas atividades industriais, mas eram conscientes da sua imensa responsabilidade social e econômica. Para a empresa, o compromisso com a responsabilidade social se dava a partir de duas dimensões: sociedade e meio ambiente. Com iniciativas que contribuem para o desenvolvimento da Amazônia, através da implementação de programas para os trabalhadores e proteção do meio ambiente.

Essa responsabilidade social identificada no ambiente empresarial, fazia parte das estratégias corporativas das empresas, visto como uma questão ética na busca de maior competitividade no mercado (TORRES, 2001), porém, a partir disso, percebe-se a presença do exercício de *accountability*, uma vez que a adoção de mais responsabilidade representa uma imagem positiva da empresa e conseqüentemente o conhecimento da sociedade sobre as iniciativas bem-sucedidas para preservação do meio ambiente. Assim, as empresas ao reconhecerem a importância de divulgação de informações ambientais, buscavam promover ações como, projetos ambientais, campanhas de proteção a animais em extinção colaborando com materiais de divulgação e parcerias com jornais para exposições com temas amazônicos relativos à flora e fauna, algumas empresas até chegando a obter o mais importante certificado internacional de respeito ao meio ambiente ISO 14000.

A certificação ambiental é denominada “ISO”, ou selo de qualidade acompanhada da numeração que corresponde a área de atuação, no caso do meio ambiente, a série é 14.000 (VIANNA, 2011). Essa norma é importante porque define o que é responsabilidade social em nível global, e como uma empresa socialmente responsável deve operar. Assim como, surgiu a proposta de instituição do Certificado de Responsabilidade Social (RS) que permitiria ao poder público verificar as lacunas que estão sendo preenchidas pela iniciativa privada e ao mesmo tempo em que serviria para divulgação das ações das empresas junto à sociedade, ou seja, mais uma evidência da presença de *accountability* social como mecanismo de controle pelos cidadãos.

Os dados analisados demonstram que a conscientização acerca da preservação ambiental e a questão das relações entre o homem e a natureza ganhou importância no final da década de 60 e hoje faz parte da agenda mundial. Isso porque, no Brasil, o marco é o ano de 1992, com a realização da ECO-92, pois foi nesta conferência que o conceito de Desenvolvimento Sustentável passou a fazer parte do cotidiano da sociedade. Segundo as Nações Unidas (ONU), desenvolvimento sustentável significa atender às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras, objetivando a harmonia entre a atividade econômica e a preservação ambiental.

Constata-se que a discussão na sociedade contemporânea reside no objetivo da busca do desenvolvimento sustentável. Assim, é possível destacar dois marcos da discussão: Rio-92 que aconteceu no ano de 1992 e Rio+5 de 1997. No Brasil, o tema sobre a conservação ambiental é oficialmente apresentado, mas não apenas pelo governo, como também em decorrência da discussão com ambientalistas e ruralistas, por meio da implantação do Código Florestal de 1965, que impõe sanções penais contra crimes ao meio ambiente, contudo sua consolidação como política de defesa e conservação se dá com a Constituição Federal do Brasil de 1988, e consequente criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 1989.

Não obstante, ao se tratar da realidade amazônica nesse estudo, foi possível identificar os principais impactos ambientais, econômicos e sociais, decorrentes dos projetos instalados por empresas na região. Com base nisso, nota-se a relação das representações sociais de problemas ambientais com a elaboração e difusão de notícias a partir da realidade cotidiana; isto é, das principais problemáticas da região (desmatamento, urbanização desenfreada, inundações, lixões e mudanças climáticas).

Nesse sentido, narrativas sobre a ausência de informações ambientais divulgadas para a sociedade, ou o não exercício da *accountability* começaram a ser identificadas com o passar dos anos. Percebeu-se também cobranças da população sobre irregularidades das empresas no despejo de resíduos tóxicos em lugares impróprios que traziam problemas para o meio ambiente e, conseqüentemente, prejudicava a saúde e em outros casos ocorreram greves que reacenderam a discussão sobre responsabilidade social.

Diante disso, na análise a partir de 1986, verifica-se que as empresas buscavam aplicar a responsabilidade ambiental, assim como a *accountability* social, através da criação de projetos, iniciativas e debates sobre o assunto. Todavia, com o passar do tempo, observou-se a

falta de informações ambientais acerca dos desastres ambientais que as empresas causavam no meio ambiente. A falta de divulgação dessas informações à sociedade, impedia o exercício da *accountability* social. Para haver a cobrança é necessário que a sociedade conheça e faça parte dessas divulgações e veja os projetos criados pelas empresas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura sobre *accountability* social e sustentabilidade ambiental na Amazônia revela um conjunto de mecanismos capazes de proporcionar a divulgação de informações sobre o meio ambiente, permitindo que diversos atores possam acompanhar as condutas das organizações no desempenho de suas atividades econômicas. Porém, esses estudos se restringem as discussões em contextos pós-modernos, sem se preocupar com períodos remotos, nos quais os veículos de comunicação eram menos tecnológicos.

Investigar o passado possibilita que práticas e problemas do presente possam ser explicados, criando caminhos para solucionar os impasses sociais ou organizacionais. Nesse sentido, para atender os anseios da literatura especializada e tendo em vista a relevância dos trabalhos em história, esta pesquisa analisou como a *accountability* social apoia a sustentabilidade ambiental na Amazônia. Para efeito, usou-se a abordagem da pesquisa histórica, examinando-se documentos (jornais) disponibilizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Os resultados encontrados mostram que as primeiras preocupações e atitudes relacionadas ao meio ambiente, na região amazônica, remetem a década de 80, quando as empresas começaram a compreender a importância da responsabilidade ambiental no seu desenvolvimento social. A criação de instrumentos jurídicos, principalmente por meio de leis viabilizaram o processo de responsabilização das organizações que não atendessem aos preceitos da sustentabilidade ambiental. Contudo, percebeu-se que algumas entidades já tinham uma postura preocupada com o meio ambiente, mesmo em tempos anteriores a exigência legal.

Além disso, foi possível identificar a escassez de divulgação de informações ambientais. Embora, projetos e iniciativas voltados para a preservação da fauna e da flora na Amazônia têm espaço nos jornais da época. Quanto a *accountability* social por parte da população, observou-se cobranças da sociedade sobre irregularidades das empresas no despejo de resíduos tóxicos, exigências materializadas por meio de protestos e reivindicações sociais em geral. Em contrapartida, notou-se que no passado as empresas assumiram mais a responsabilidade social

com o meio ambiente, incorporando essa característica como estratégia corporativa, em decorrência da *accountability*.

Ressalta-se que o presente estudo contribui propicia a inter-relação de um tema de relevância humanitária, colaborando com o intercâmbio de conhecimentos entre as ferramentas de *accountability* social, meio ambiente e sustentabilidade na Amazônia a partir da histórica. Suas evidências contribuem para o entendimento da prática da sustentabilidade ambiental no presente, em especial por apontar que no passado a responsabilização ativa realizada pela população ajudou a melhorar a transparência, a prestação de contas e a divulgação de dados ambientais pelas organizações.

Por fim, salienta-se que este estudo tem como limitação a investigação de informações escritas por terceiros (jornalistas), isto é, não foram analisados arquivos das próprias empresas para efeito de comparação dos dados. Todavia, esse impasse foi amenizado através da utilização de pesquisas anteriores que mostram os contextos e os problemas ambientais da época, viabilizando o debate das evidências revelada pelos jornais. No mais, recomendamos para futuras pesquisas uma análise micro da *accountability* social no apoio da responsabilidade ambiental, ou seja, a seleção de empresas da região amazônica para um exame mais detalhado desse processo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. C. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. **Revista Aedos**, v. 3, n. 8, p. 9-30, 2011.
- ANDRADE, F. A Amazônia além das florestas, dos rios e das escolas: representações sociais e problemas ambientais. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, p. 15-16, 2018.
- ANTONOVZ, A. Contabilidade Ambiental, 1º ed. Curitiba: **InterSaberes**, 2014.
- ANURADHA, J.; HOUTZAGER, P. Widgets or watchdogs? **Public Management Review**, v. 14, n. 2, p. 145-162, 2012.
- AB'SABER, A. N. **Os domínios morfoclimáticos na América do Sul**. Geomorfologia, n. 52, p. 1-22, 1977.
- BARBOSA, E.; ALVES, E.; DIAS, G. N.; CALAZANS, L. M. Q.; ARAÚJO, J. C. O.; CARVALHO, I. L. P.; ... BARRETO, W. D. L. Responsabilidade social empresarial: uma ferramenta na construção da imagem das empresas. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, p. 31905-31922, 2020.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Instrução Normativa 27, de 26 de novembro de 2004.

BELAL, A. R.; COOPER, S. M.; KHAN, N. A. Corporate environmental responsibility and accountability: what chance in vulnerable Bangladesh? **Critical Perspectives on Accounting**, v. 33, p. 44-58, 2015.

BELAL, A. R. Corporate social responsibility reporting in developing countries: The case of Bangladesh. **Routledge**, 2016.

BENTES, R. A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 225-240, 2005.

BRASIL. Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.gov.br/bn/pt-br>. Acesso em: 20/07/2022.

CAMPOS, A. M. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, v. 24, n. 2, p. 30-50, 1990.

CENEVIVA, R. **Accountability: novos fatos e novos argumentos - uma revisão da literatura recente**. Anais do Encontro de Administração Pública e Governança da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, p. 1-17, 2006.

COUTO, R. C. S. **Consolidação dos princípios do Sistema Único de Saúde**. Estudo Apresentado na 13ª Conferência Estadual da Saúde do Pará, 2019.

COELHO, A. L.; GODOI, C. K. Coerência entre o discurso institucional e o discurso midiático sobre a sustentabilidade. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 4, n. 3, p. 70-89, 2010.

COMIRAN, V. A pesquisa histórica: entre a teoria e as fontes. **Manduarisawa**, v. 4, n. 1, p. 206-215, 2020.

DINIZ, J. F. OLIVEIRA DE JESUS, P. S.; SOUZA ROSA, E. M.; SILVA JÚNIOR, G. G.; BARBA, C. H. Educação ambiental no ensino superior: uma experiência lúdica de conscientização na Amazônia brasileira. **Educamazônia-Educação, Sociedade e Meio Ambiente**, v. 13, n. 2, p. 357-372, 2021.

EGBON, O.; IDEMUDIA, U. E.; AMAESHI, K. Shell Nigeria's Global Memorandum of Understanding and corporate-community accountability relations: A critical appraisal. **Accounting Auditing & Accountability Journal**, v. 31, n. 1, p. 51-74, 2018.

FELICIANO, A.; GARCIA, S. **Divulgação socioambiental: Relato Sobre Rejeitos Minerai das Empresas de Mineração no Brasil**. XXII Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente da FEA-USP (ENGEMA), 2020.

FONTOURA, Y. S. D. R.; ALFAIA, L.; Fernandes, A. A pesquisa histórica em estudos organizacionais no Brasil: uma análise paradigmática e novas perspectivas. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**, v. 11, n. 1, p. 83-103, 2013.

FOX, J. Social Accountability: What does the Evidence Really Say? **Global Partnership for Social Accountability (GPSA)**, Working Paper nº 1: 2014.

GARNIER, C. de A. Responsabilidade social e ambiental da empresa. 2008. Disponível em: <https://www.cenedcursos.com.br/meio-ambiente/responsabilidade-social-e-ambientalda-empresa/>. Acesso em: 01 de janeiro de 2022.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J. Contabilidade para o Meio Ambiente. Londres: **Sage**, 2001.

GRAY, R.; BEBBINGTON, J. Environmental Accounting, Managerialism and Sustainability: Is the planet safe in the hands of business and accounting? **Advances in Environmental Accounting & Management**, v. 1, n. 1, p. 1-44, 2000.

GOLOBOVANTE, M. C. Sustentabilidade, cultura e comunicação: triplo desafio para as organizações. **Revista FAMECOS**, v. 17, n. 2, p. 98-107, 2010.

GOBBI, B. C.; DE BRITO, M. J. Gestão ambiental como prática social em uma organização produtora de celulose: uma análise interpretativa. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 11, n. 1, p. 71-86, 2009.

HASSAN, A.; KOUHY, R. Gas flaring in Nigeria: analysis of changes in its consequent carbon emission and reporting. **Accounting Forum**, v. 37, n. 2, p. 124-134, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo (2010) - Notícias sobre mapas temáticos da Amazônia*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=799&t=ibge-ministerio-meio-ambiente-lancam-mapas-tematicos-amazonia>. Acesso em: 13 de agosto de 2021.

IVORY, S. B.; BROOKS, S. B. Managing Corporate Sustainability with a Paradoxical Lens: Lessons from Strategic Agility. **Journal of Business Ethics**, v. 148, n. 2, p. 347-361, 2018.

KRAEMER, M. E. P. Contabilidade ambiental: relatório para um futuro sustentável, responsável e transparente. **Revista Pensar Contábil**, v. 8, p. 16-41, 2005.

LIMA, O. Amazônia, uma história de impactos e exposição ambiental em paralelo à instalação de grandes empreendimentos na região. **Revista Pan-Amazônica de Saúde**, v. 7, n. 2, p. 9-11, 2016.

LONSDALE, J. Political Accountability in African History. In: London, K. C. Political Domination in Africa (pp. 126-187). Cambridge University Press: **Patrick Chabal**, 1986.

MAIA, R. C. Mídia e diferentes dimensões da Accountability. **E-Compós**, v. 7, p. 1-27, 2006.

MANSSOOR, H. & MAROUN, W. An initial review of biodiversity reporting by South African corporates: The case of the food and mining sectors. **South African Journal of Economic and Management Sciences**, v. 19, n. 4, p. 592-614, 2016.

MOREIRA, C. S.; RIBEIRO, T. G. O desenvolvimento sustentável e a implementação de políticas públicas na Amazônia. **Nova Revista Amazônica**, v. 8, n. 2, p. 103-115, 2020.

MUNDIM, M. **Ecologia: por um ambiente inteiro: Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável**. 2012. Disponível em:

<http://ecologambiente.blogspot.com.br/2012/02/sustentabilidade-e-desenvolvimento.html>.
Acesso em: 20 de julho de 2021.

OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis: **Voices**, 2007.

OLIVEIRA, E. A. A. Q.; QUINTAIROS, P. C. R.; ELIAS, L. M. S. L. Responsabilidade ambiental: um estudo sobre o uso da evidenciação contábil pelas indústrias de transformação mineral do Estado do Pará. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 5, n. 3, p. 204-220, 2009.

PERUZZOTTI, E.; SMULOVITZ, C. Social Accountability. **University of Pittsburgh Press**, 2006.

PINHO, J. A. G. D.; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, v. 43, p. 1343-1368, 2009.

REIS, C. N.; MEDEIROS, L. E. Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social. São Paulo: **Atlas**, 2007.

ROBBINS, P. T. Greening the Corporation: Management Strategy and the Environmental Challenge. Londres: **Earthscan**, 2001.

ROCHA, A. C. **Realização do potencial de accountability dos pareceres prévios do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**. Tese de Doutorado - Universidade Federal da Bahia, Brasil, 2011.

SANTANA, A.; SILVA, A. **Accountability na centralização-descentralização administrativa e fiscal do estado no primeiro reinado brasileiro (1822-1831)**. Congresso UnB de Contabilidade e Governança: Brasília, 2018.

SACHS, I. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: **Garamond**, 2002.

SANTOS, M. O. Responsabilidade Ambiental nas Organizações: a busca pelo diferencial competitivo. **Revista de Iniciação Científica Cairu**, v. 1, p. 82-111, 2015.

SATO, S. A. S.; MIRANDA, R. L.; SANTOS, A. C.; CARVALHO, L. C. Recursos Intangíveis e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: Experiência de Inovação Social Reca. **Vivências**, v. 17, n. 32, p. 305-330, 2021.

SMULOVITZ, C.; PERUZZOTTI, H. Societal Accountability in Latin America. **Journal of Democracy**, v. 11, n. 4, p. 147-158, 2000.

SEVERINO, A. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: **Cortez Editora**, 2017.

SILVA, N. **Turismo e Desenvolvimento Sustentável: uma revisão**. Monografia (especialização) - Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2005.

SCHEDLER, A. *Conceptualizing Accountability*. In: A. Schedler, L. Diamond, & M. Plattner, (Ed.) *Self-Restraining State - Power and Accountability in New Democracies*. Boulder: **Lynne Rienner Publishers**, 1999.

SOUZA, V. Divulgação de passivos ambientais no Pará: uma análise das atuações do IBAMA. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 9, n. 1, p. 145-161, 2020.

USMAN, N. Environmental Regulation in the Nigerian Mining Industry: Past, Present and Future. **Journal of Energy & Natural Resources Law**, v. 19, p. 230-243, 2001.

WAISBORD, S. Watchdog journalism in South America: news, accountability and democracy. New York: **Columbia University Press**, 2000.

WANDSCHEER, C.; MYSZCZUK, A.; CAVALHEIRO, K. Atividade empresarial, responsabilidade empresarial, responsabilidade social, accountability ambiental e sustentabilidade: uma análise a partir de Hans Jonas. **Legis Augustus**, v. 2, n. 3, p. 31-42, 2011.

DOMINGUES, J. A.; LIRA, A. F. Anúncios institucionais sobre meio ambiente e sustentabilidade em jornais impressos. **Conexões: Revista de Relações Públicas e Comunicação Organizacional**, v. 1, n. 2, p. 16-29, 2018.

PRISCO NETO, F. **Responsabilidade Social: Como as empresas da região metropolitana de Campinas estão desenvolvendo seus projetos sociais**. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-graduação em Administração da obtenção do título de Mestre), São Paulo, UNIP - Universidade Paulista, 2004.

POTRICH, R.; SABADIN, M.; ANGONESE, R.; SILVA, A. P. Empresas potencialmente poluidoras: Determinantes que influenciam a divulgação voluntária de informações ambientais. **Revista Ambiente Contábil**, v. 9, n. 2, p. 41-59, 2017.

TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: **Atlas**, 2002.

TORRES, C. Quando o social é a diferença. São Paulo: **Gazeta Mercantil**, 2001.

VIANA, V.; TORRES, E.; VAL, A.; SALVIATI, V. Soluções para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. **Ciência e Cultura**, v. 66, n. 3, p. 25-29, 2014.

VIANNA, J. R. A. Responsabilidade civil por danos ao meio ambiente. Curitiba: **Juruá**, 2011.

WICKBOLDT, L. A.; MOREIRA, J. D. A. P.; SILVA, M. D. R. D.; ARAÚJO, J. D. S.; SILVA, J. V. D.; PEREIRA, J. A. Responsabilidade ambiental ou greenwash: uma análise da evidência ambiental das maiores empresas brasileiras. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 5, n. 11, p. 897-910, 2018.